

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DIAGNÓSTICO DE ARQUIVOLOGIA**

O relatório final de atividades da Área de Arquivologia está dividido em três partes: a primeira traz o relato das ações realizadas com o acervo histórico recolhido à Fundação Energia e Saneamento. A segunda traz o resultado das pesquisas realizadas nos arquivos das empresas participantes do projeto, durante as expedições realizadas durante os anos de 2008 a 2010. A última parte apresenta uma breve análise sobre a existência de políticas de arquivo que visam à preservação do patrimônio histórico do setor elétrico e as condições em que o acervo histórico foi encontrado ao longo das expedições.

### **1. O Acervo Histórico do setor elétrico na Fundação Energia e Saneamento**

Durante os três anos (2008-2010) de desenvolvimento do Projeto Eletromemória, ocorreram atividades e trabalhos relacionados aos arquivos acumulados pelas empresas de energia, como Companhia Energética de São Paulo -CESP e Eletropaulo/Light (The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd.), recolhidas à Fundação Energia e Saneamento. Estas ações envolveram tanto os bolsistas de iniciação científica dos cursos de História (USP) e de Arquivologia (UNESP) quanto a equipe de técnicos e estagiários do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação.

Os fundos de arquivo da CESP e da Light foram doados pelas empresas durante o processo de reestruturação do setor energético e que resultou na privatização de algumas destas empresas e na subdivisão de suas áreas de concessão e de atuação. Este processo ocorreu no final da década de 1990 e foi acompanhado pela formação da Fundação, que se deu exatamente em 1998.

Desta forma, a Fundação possui segmentos de arquivos acumulados pelas empresas. São documentos gerados pelas áreas técnicas e administrativas e que se refletem em documentos textuais, cartográficos, fotográficos, audiovisuais e sonoros. Todo o acervo está disponível a consulta pública, entretanto, alguns conjuntos não dispunham de instrumentos de pesquisa para acesso. Uma vez que alguns conjuntos

documentais não tinham ainda passado por organização arquivística, também necessitaram passar pelo diagnóstico e mapeamento proposto e realizado durante o Projeto Eletromemória junto aos arquivos das empresas. A realização do mesmo procedimento nos arquivos das empresas e que ainda estão em posse das mesmas e nos arquivos que estão na Fundação, possibilitou perceber as complementações existentes entre estes arquivos e a presença ou a ausência do processo de avaliação documental. Também facilitou o entendimento sobre a gestão documental empregada pelas empresas em seus arquivos, assim como possibilitou entender melhor o conjunto documental que foi doado para a Fundação Energia e Saneamento.

### **1.1. Diagnóstico da Documentação**

Em 2008, realizamos o diagnóstico dos fundos CESP e Light pertencentes à Fundação. O diagnóstico permitiu perceber que a documentação em seus diversos gêneros, estava, em geral, em boas condições de conservação, mas que necessitava de procedimentos de higienização e de acondicionamento adequado. Uma grande quantidade de documentos textuais estava em caixas de papelão. Percebemos também que os documentos textuais haviam sido gerados pelas áreas técnicas e administrativas da empresa, que muitos documentos eram unitários, não constituindo séries documentais e que em diversos casos, documentos de uma mesma série estavam dispersos pelas diferentes caixas. Não havia, até então, nenhuma listagem de controle destes documentos. Já a documentação fotográfica estava guardada em 245 caixas e pastas “polionda”, sendo que quando chegaram à fundação, em 1998 e em 2002, já passaram por troca de acondicionamento, entretanto, não foram higienizados. Estes documentos também não contavam com qualquer identificação e haviam sido gerados pelas áreas da engenharia, comunicação, administração e recursos humanos. Já os documentos cartográficos contavam com identificação por item e passou por revisão pela equipe da Fundação, estão guardados enrolados em tubos e se referem às duas pequenas Centrais Hidrelétricas que foram doadas para a Fundação Energia e Saneamento, Usina

Hidrelétrica de Corumbataí (Rio Claro/SP) e Usina Hidrelétrica de Jacaré (Brotas/SP). São 700 documentos.

Os documentos audiovisuais que estão gravados em películas, passaram por identificação, o que possibilitou perceber que foram geradas pelas áreas técnicas e são de autoria de importantes cineastas que prestavam serviços para as empresas de energia. Somam 66 títulos de filmes distribuídos em 103 rolos.

A documentação sonora constitui-se por entrevistas com antigos funcionários da empresa e foi produzido pelo setor de Comunicação. Estes somam 91 entrevistados. Todas as entrevistas estão descritas em banco de dados e as fitas cassetes foram copiadas para CD.

## **1.2 Tratamento técnico do acervo**

Após o diagnóstico, iniciamos o tratamento dos documentos textuais do fundo CESP, composto por 30 metros lineares de documentos, equivalendo a 323 caixas e pastas. No início do processo de tratamento, contamos com a contribuição de bolsistas de Iniciação Científica do Projeto Eletromemória, que participaram do processo de identificação dos documentos. Uma vez que em uma mesma caixa havia documentos gerados por áreas diferentes, procedemos à identificação dos documentos por item e conseguimos identificar a existência de algumas séries documentais. Depois de concluída a identificação, procedemos à elaboração do plano de classificação, sendo que percebemos que a documentação foi gerada pelas seguintes áreas da empresa: presidência, administração, patrimônio, comercial, financeiro, contabilidade, jurídico, comunicação, recursos humanos, engenharia de distribuição, engenharia de geração, engenharia de transmissão, engenharia de construção e meio ambiente. Desta forma, o arquivo já possui organização arquivística e instrumento de descrição que permite sua localização.

## **1.3 O Fundo CESP – Companhia Energética de São Paulo**

A CESP foi criada em 1966, resultado da fusão de 11 empresas de energia elétrica. Quando de sua criação, a CESP recebeu os arquivos técnicos e administrativos destas empresas, que foram incorporados ao seu acervo. Estes documentos, na CESP, foram transformados em “processos”. Na segunda metade da década de 1990, mas ainda antes da privatização das empresas de energia, a equipe do Setor de Memória da CESP começou a organizar a documentação de caráter histórico e para tanto, iniciaram a identificação e separação dos documentos que foram gerados pelas empresas que formaram a CESP. Uma vez identificados tais documentos, eles retornaram aos seus fundos de origem. Portanto, em lugar de um único arquivo CESP, tínhamos diversos arquivos que se referiam às empresas que formaram a CESP. Este trabalho foi interrompido em decorrência do processo de privatização, que resultou em empresas diferenciadas, e os arquivos que estavam com o Setor de Memória da CESP, foram doados para a Fundação Energia e Saneamento. Desta forma, quando realizamos a organização do arquivo que recebemos da CESP, tivemos que verificar a procedência dos documentos e notamos que muitos ainda pertenciam aos fundos das empresas fusionadas. Temos também, na Fundação, o arquivo da Bandeirante de Eletricidade S/A – BELSA, Centrais Elétricas do Urubupungá S/A – Celusa, Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo – CHERP, Companhia Melhoramentos de Paraibuna – COMEPA, Empresa Água, Luz e Força de Mogi Mirim, Empresa Elétrica de Andradina S/A, Empresa Elétrica de Itapura S/A, Empresa Força e Luz de Pederneiras Ltda., Usinas Elétricas do Paranapanema S/A – USELPA, Companhia Força e Luz de Jacutinga S/A e Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu.

#### **1.4 O Fundo Light – Eletropaulo**

Outro conjunto documental tratado pela equipe do Núcleo de Documentação e Pesquisa e que participou das ações do Projeto Eletromemória foi o Fundo Light/Eletropaulo (The São Paulo, Tramway, Light and Power, Co. Ltd). Este é o maior fundo existente no arquivo da Fundação e não seria possível em pouco tempo realizar a classificação de todo conjunto, portanto, decidimos fazer o tratamento de

algumas séries que são mais procuradas pelos pesquisadores. Assim como o fundo CESP, a Fundação também possui documentos em gênero textual, fotográfico, cartográfico, audiovisual e sonoro do fundo Eletropaulo.

Realizamos a revisão e produção de instrumento de pesquisa para as séries de relatórios anuais de atividades que eram produzidos por todas as áreas técnicas e administrativas da empresa e que somam 1.047 relatórios, datando de 1902 a 1980. Também revisamos a ordenação e elaboramos planilha para localização da série “Prontuários” de funcionários que totalizam 17.467 prontuários que datam de 1911 a 1976. Estas séries são bastante pesquisadas e necessitavam passar por diagnóstico e revisão, sendo que, agora os pesquisadores podem encontrar informações atualizadas.

Tanto a CESP como a Eletropaulo mantêm seus arquivos permanentes sob guarda de empresas terceirizadas e percebemos que os documentos que as empresas ainda guardam são complementares aos documentos existentes na Fundação, sendo que muitos destes documentos poderiam ser incorporados ao acervo da Fundação Energia e Saneamento para o acesso do público interessado.

Após a organização e descrição dos documentos, os documentos estão disponíveis para consulta online, no sistema de catalogação de acervo (Enerweb), criado especialmente para essa finalidade. O sistema possui informações estruturadas sobre os fundos, séries documentais e itens de acervo e é continuamente alimentado por novas informações, à medida que a organização do acervo é aprofundada.

## **2. Diagnóstico da situação do acervo histórico do setor elétrico que permanece nas empresas**

Foram visitadas vinte e três usinas e seis subestações onde aplicamos questionários e entrevistamos funcionários para verificarmos a existência de documentos, a identificação do estado de conservação e condições de arquivamento da documentação arquivística, e ainda permitir a avaliação das necessidades

ambientais para preservação desses acervos e a definição das prioridades de intervenção, assim como propor melhorias para a gestão de acervos.

Para atingir tais objetivos, os instrumentos de avaliação mapearam informações referentes à composição dos acervos no que se refere aos suportes e gêneros documentais, usos e usuários dos acervos bem como seu acesso, ambiente de arquivamento e de consulta, fatores e riscos de deterioração e a intensidade de danos.

As fichas de diagnóstico<sup>1</sup> possibilitaram a identificação do espaço macro, que se refere à região onde está instalado o edifício do depósito do arquivo até alcançar a análise do documento. As informações coletadas durante as visitas realizadas foram reunidas em uma planilha em Excel que possibilitou o cruzamento e análise dos dados.

## **2.1. Organização e tipologia documental do acervo**

No geral, verificamos que ainda há nas usinas e subestações elétricas das empresas, AES Tietê, CESP, Duke e CTEEP um rico acervo documental e iconográfico largamente desconhecido dos centros de memória das empresas e da própria Fundação Energia e Saneamento, e que grande parte está sem identificação e controle, muitas vezes sem organização e correndo sério risco de danos físicos e de conservação. As datas balizas são variadas, existindo documentos de 1957 a 2009. Há também em pontos específicos da AES Eletropaulo (junto ao Centro de Treinamento de Guarapiranga, na biblioteca da Rua 25 de Janeiro) alguns documentos e objetos de valor histórico.

Essa situação, como inicialmente abordado, foi decorrente dos processos de estatização/privatização que as empresas concessionárias sofreram ao longo do

---

<sup>1</sup> Existe uma primeira ficha para a identificação da região destacando o clima e a vegetação existente, e as seqüentes fichas identificam o local onde está localizado o edifício e o seu entorno, o edifício que abriga o depósito, as condições da sala do depósito no referido edifício e, ainda, uma ficha que possibilita identificar as condições dos documentos na sala do depósito. Finalmente, há uma ficha para o inventário de patrimônio arquitetônico.

tempo, ocasionando a quebra da responsabilidade e a transferência e guarda física da documentação e do patrimônio material. Essa fragmentação dos acervos ainda está em curso e se tornará cada vez mais complexa levando à perda da organicidade dos arquivos das empresas de energia e à dispersão/destruição de seus objetos significativos.

Não podemos dizer que há uma organização arquivística dos documentos, com gestão documental, prazos legais definidos, descartes temporários e controle de guarda. Com raras exceções (usinas da Duke) identificamos a aplicação da Tabela de Temporalidade, instrumento utilizado na área para controlar os prazos administrativos e legais de guarda e/ou descarte da documentação. Constatamos que os documentos são agrupados em sua maioria por temas - nome das usinas, etapas e setores das obras, etc -, e também pelo suporte – cartográficos, fotos, textuais – e ainda pela tipologia – relatórios, atas, plantas, etc.

Foram poucas, exatamente quatro unidades, que implementaram a Gestão documental, que basicamente é um planejamento, controle do fluxo e trâmite da documentação, visando a racionalidade e a rápida recuperação do documento pelos usuários principais. São poucas que abrem o Arquivo para consulta externa, ficando o mesmo restrito aos principais usuários, que são os próprios engenheiros e/ou administradores das empresas.

Especialmente as visitas à CTEEP em Bauru e à Duke Energy, em Chavantes, ambas de controle estrangeiro, permitiram que tivéssemos contato com um Arquivo Técnico organizado e conhecer uma proposta, elaborada e implementada no final da década de 1990, de um sistema informatizado de recuperação de plantas. Essa iniciativa pode ser considerada pioneira, pois muito posteriormente é que as empresas nacionais começaram a implementar esse tipo de sistema.

A maioria das usinas, subestações e outras instalações (como centros de controle e centros de manutenção) possui arquivos em que são mantidos documentos na fase corrente e permanente, demonstrando mais uma vez que não

há uma preocupação arquivística, mas apenas são observados os prazos jurídicos e legais, sem que haja uma preocupação com descarte e a transferência controlada para a guarda permanente. O valor documental é predominantemente histórico/funcional.

Os principais gêneros documentais identificados nas visitas foram textuais, cartográficos, fotográficos e sonoros. Há um predomínio dos arquivos técnicos, que possuem um detalhamento rigoroso de todas as plantas de implantação e construção das barragens, assim como também da montagem e manutenção de todos os equipamentos mecânicos e elétricos. As fotografias também são numerosas, pois registram visualmente todas as etapas, equipamentos e técnicas utilizadas no desenvolvimento das obras. Esse tipo de documento sempre foi muito utilizado pelas empresas do setor energético como comprovação fidedigna das atividades desenvolvidas.

## **2.2. Depósitos e Conservação do Acervo**

As condições físicas de arquivamento e os ambientes de guarda já estão em uma situação de comprometimento por estarem num entorno com grande quantidade de água e vegetação. Temos que enfatizar que a maior parte das unidades visitadas são hidroelétricas e que mesmo possuindo uma rigorosa política de controle e segurança da área, o ambiente tem uma umidade relativa alta o que é extremamente prejudicial aos documentos. Das unidades visitadas a medição variou de 57,9% a 88,1% de umidade relativa e apenas uma usina teve umidade inferior a 50%, efetivamente 40,8% UR. Destacamos que essa medição foi feita somente pela equipe do Projeto Eletromemória no dia de nossa visita, não havendo um acompanhamento mais técnico e freqüente por parte das empresas.

Observamos que os depósitos na sua maioria são de uso misto, alguns são áreas de trabalho, outros guardam materiais e equipamentos junto com os documentos que não estão em uso diário. Apenas em oito locais, os depósitos são exclusivos para guarda de documentos. Em relação à climatização, constatamos que

a maior parte utiliza o ar condicionado central ou *split*, mas não há manutenção e controle específicos para a conservação dos documentos e nem o controle ambiental de temperatura e umidade relativa.

O mobiliário encontrado é variado, sendo desde estantes de madeiras, inadequadas para guarda de documentos, estantes abertas de metal, arquivos de metal com gaveta e armários fechados de metal, todos com pintura epóxi, mapotecas e apenas uma usina possui arquivos deslizantes. Utilizam caixas de papelão para acondicionar a documentação, porém são extremamente ácidas e inadequadas para guarda. As plantas ficam suspensas em mapotecas ou enroladas em tubos plásticos. Caixas poliondas não são muito utilizadas. Em alguns depósitos temos sobrecarga nas prateleiras devido ao empilhamento de caixas e acúmulo de documentos.

Os documentos mais frágeis, como negativos, cromos e ampliações fotográficas não recebem nenhum acondicionamento adequado e muito menos estão em uma sala climatizada. Muitos estão depositados em locais onde a incidência de luz solar é constante, prejudicando sua conservação e reduzindo a vida útil desses documentos. Por vezes fotos e negativos estão empilhados em salas sem possibilidade de acesso ou identificação. A conservação nesses locais não faz parte de uma política arquivística das empresas, mas às vezes torna-se adequada pelas condições e normas de segurança e limpeza que as usinas são obrigadas a adotar para o bom funcionamento de suas atividades.

Foi também possível identificar um grande número de técnicos de nível médio e superior com potencial para desenvolvimento de trabalhos de depoimentos orais. Ainda é possível através desse conjunto de documentos e pessoas reconstituir transformações tecnológicas e empresariais ocorridas nos últimos 50 anos. Os registros correspondentes poderão no futuro complementar e integrar os fundos arquivísticos mantidos pela Fundação Energia e Saneamento, desde que haja um esforço dirigido das respectivas empresas para essa finalidade.

### **3. Política de Arquivo e Gestão Documental – situação das empresas concessionárias de energia elétrica no estado de São Paulo**

A situação encontrada atualmente nos arquivos das empresas concessionárias de energia elétrica durante as expedições realizadas pelos pesquisadores do Projeto Eletromemória é resultado da dispersão de parte dos documentos históricos que estavam sob sua guarda durante a reformulação do setor elétrico ocorrida a partir do final da década de 1990.

Em 1998, durante o projeto de privatização das empresas energéticas do governo do Estado de São Paulo, as antigas empresas concessionárias, especialmente Eletropaulo e CESP, passaram por um processo de cisão com a criação de novas empresas de acordo com a área de atuação (geração, transmissão ou distribuição). Ao final do processo, as empresas resultantes foram objeto de leilões de privatização que deram origem às empresas de geração e distribuição participantes do Projeto Eletromemória.

As empresas de geração foram desmembradas em unidades lógicas, de acordo com a estrutura produtiva e bacias hidrográficas às quais estavam ligadas. Desta forma, foram formados novos núcleos produtivos ligados principalmente às bacias do Rio Paraná (CESP), Rio Paranapanema (Duke Energy), Rio Tietê e Rio Pardo (AES Tietê).

Considerando que os setores de infra-estrutura são regulados de acordo com as concessões de serviços, ao contrário do que ocorre em outros setores não regulados da economia, onde a composição e recomposição das empresas terá uma variedade de possibilidades, no caso dos setores de serviços públicos, ao adquirir a concessão, a concessionária recebe também o ônus da responsabilidade sobre a prova da ação técnica da unidade produtiva, inclusive nos (às vezes muitos) anos anteriores ao período de concessão propriamente dito. Isso se traduz na

necessidade de recolher a documentação técnica relativa à produção de energia de longos períodos. Isso significa criar arquivos de grandes dimensões e com prazos de guarda bastante longos, o que interferiu significativamente nas condições de preservação dos acervos e na política de gestão documental em cada empresa.

### **3.1. Análise das condições de organicidade e preservação dos documentos**

No período pré-privatização, cada uma das empresas tinha processos de gestão documental adaptados à sua realidade administrativa (eram empresas públicas, de grandes dimensões, com áreas de atuação verticalizadas, incluindo as três etapas da produção de energia – geração, transmissão e distribuição) .

A primeira ação significativa do período imediatamente anterior aos leilões de privatização foi a determinação de que deveria constar no edital a doação do acervo histórico já identificado para uma entidade externa, que se responsabilizasse pela preservação e divulgação desse acervo.

Desde os primeiros estudos para a privatização, era corrente a idéia de que dentre as prioridades dos novos grupos empresariais não estaria o tratamento do acervo já estabelecido em cada uma das empresas. Da análise dessas condições resulta a avaliação de que seria mais adequado criar uma instância preocupada exclusivamente com a preservação, visando garantir que ao menos o acervo já tombado não sofresse com as possíveis perdas. Surgiu assim a Fundação Patrimônio Histórico da Energia. Vem daí também o primeiro movimento de dispersão do acervo original.

Após o processo de venda e passados os primeiros momentos de atividades das empresas sucessoras, onde a prioridade era regularizar o processo produtivo em si, as empresas começaram a pensar em sua documentação. Algumas mais, outras

menos, algumas rapidamente, outras nem tanto, todas tomaram atitudes para reverem seus arquivos.

Conforme previsto, as ações de gestão documental das empresas após a privatização estiveram baseadas muito fortemente no atendimento às exigências legais e técnicas das agências reguladoras e na adaptação das estruturas empresariais a essas exigências.

Durante as expedições, dois grandes problemas foram identificados em todas as empresas. Primeiro, a centralização de documentos nas empresas originais deixou, num primeiro momento, as novas concessionárias sem a totalidade dos documentos relativos à produção de suas unidades, especialmente na geração, cuja empresa original era a CESP.

Embora uma boa parte dos arquivos técnicos tivesse sido sempre descentralizada, de acordo com o empreendimento (usina ou subestação) a que se referia, um grande volume de desenhos e relatórios eram encaminhados para o Setor de Microfilmagem, de onde seguiam para o Arquivo Técnico da empresa. O material era microfilmado e os microfilmes devolvidos para as unidades. Ao longo dos anos, essas cópias perderam qualidade até ao ponto de não ser mais possível a leitura.

A percepção da prevalência das unidades produtivas do ponto de vista documental deu início ao processo de distribuição e transferência dos documentos. O acervo de desenhos e relatórios técnicos passou por um processo de separação, resultando na distribuição de parte dos documentos técnicos entre as empresas sucessoras.

Por outro lado, esse trabalho mostrou-se parcial, uma vez que mesmo dentro das empresas originais o processo de gestão documental estava dividido de acordo com a área de atuação. Em todas as expedições, encontramos ou foram mencionados Arquivos Técnicos e Arquivos Administrativos. Nesse caso, não

necessariamente o tipo de acervo correspondia ao tipo de Arquivo. Foram encontrados documentos técnicos misturados aos documentos administrativos e vice-versa.

O segundo problema encontrado foi a dispersão de documentos. Além da distribuição entre diferentes arquivos, havia a distribuição de atividades entre diversas unidades, especialmente técnicas, o que gerou uma multiplicidade de cópias em todas as unidades produtivas. Foi comum encontrarmos em uma unidade documentos de outras, que estavam ali como material bibliográfico, de estudo, recebido no período em que a gestão era conjunta. Encontramos até oito cópias do mesmo documento, distribuídas entre todas as unidades produtivas.

Além do problema de gestão documental, provocado pelo aumento do volume de documentos arquivados, o problema da jurisdição arquivística também estava colocado, uma vez que não havia motivo real para manter esses documentos nos arquivos.

A Duke Energy e a CESP demonstraram estar realizando o processo de devolução às empresas responsáveis de todos os documentos que não pertencessem às suas unidades produtivas. Porém, não necessariamente o documento encaminhado para o responsável é avaliado e preservado, o que mantém o problema da destinação desses documentos. Em alguns casos, foram encontrados documentos muito antigos, dispersos, que poderiam ser remetidos diretamente ao Arquivo Permanente, sem passar pelo arquivo de gestão.

### **3.2. Evolução do processo de gestão documental pós-privatização**

Tendo em vista as condições apresentadas anteriormente, podemos definir três grandes momentos para a gestão documental e o processo de preservação dos

acervos históricos das empresas produtoras de energia elétrica, a partir dos primeiros leilões de concessões, em 1997.

O primeiro momento foi o da reorganização empresarial: tanto as empresas privatizadas, quanto aquelas que permaneceram no âmbito governamental tiveram que se reestruturar jurídica e tecnicamente, visando atender às novas exigências legais. Considerando a dimensão econômica do setor elétrico em São Paulo, não se tratou de tarefa simples.

As condições em que esse processo ocorreu agravaram os problemas de gestão documental já existentes no período anterior. O natural enxugamento da estrutura administrativa, que costuma ocorrer nesses casos, deixou desassistidas diversas áreas produtoras e acumuladoras de documentos, especialmente os arquivos técnicos. Esse período durou cerca de dois anos, antes que as novas concessionárias percebessem que estavam criando um problema ainda maior, ao ignorar os acervos.

O segundo momento por que passaram as empresas concessionárias foi o da gestão documental, considerada apenas sob o prisma do gerenciamento de arquivos correntes e intermediários, na sua dimensão administrativa e técnica mais estrita. Nesse caso, o objetivo foi atender as agências reguladoras e as exigências legais de suas matrizes no exterior, o que é especialmente verdade no caso das empresas americanas. Como boa parte das atividades empresariais é concretizada em documentos, sejam eles convencionais ou eletrônicos, as concessionárias tiveram que encontrar mecanismos administrativos que possibilitassem o registro de suas ações em ambiente controlado, garantindo agilidade nos processos e autenticidade dos documentos.

Por outro lado, a separação das empresas por ramo de atuação (geração, transmissão e distribuição) fez com que grupos antes integrados nas três atividades fossem desmembrados, acarretando a grande dispersão documental descrita anteriormente. Arquivos originários de uma empresa, de repente, tornavam-se

acervo necessário ao trabalho de outras. A logística envolvida no processo de transição documental entre as antigas e as novas concessionárias foi um processo que durou praticamente toda a década.

O cumprimento desta etapa é bastante variável de empresa para empresa. Algumas, como é o caso da Duke Energy, têm investido fortemente na organização do acervo. Partindo de um ponto de vista gerencial, isso tem atingido questões técnicas, tentando-se tratá-las de uma perspectiva mais abrangente.

Outras empresas, especialmente CESP e AES Tietê, ainda têm tido muita dificuldade em rever seus procedimentos e desenvolver estratégias de gestão documental unificada, procedendo à revisão geral dos acervos existentes, em seus vários arquivos. Isso decorre, especialmente no caso da CESP, da extrema complexidade e do grande volume de acervo existente nos depósitos de arquivo, especialmente nas usinas, o que torna esse processo muito caro, do ponto de vista financeiro.

Algumas boas soluções têm sido dadas para arquivos técnicos específicos, como os arquivos das áreas de gestão ambiental da CESP e alguns arquivos técnicos de unidades produtivas, além daqueles arquivos setoriais cujos gestores, por iniciativa própria, dão especial atenção à organização.

Por fim, um terceiro momento começa a se esboçar, uma etapa de acomodação: a legislação está atendida, os documentos obrigatórios estão controlados, em maior ou menor grau, dependendo das dificuldades de cada empresa. Começa a surgir a preocupação com a memória institucional. Durante muitos anos, o acervo histórico não foi considerado prioridade – e de fato não deveria ser, num momento de reorganização do negócio. Porém, passada uma década do início do processo, os novos controladores já se adaptaram à cultura empresarial brasileira – a transição da cultura estatal para a privada já foi concretizada e a questão da memória dos empreendimentos começa a ser valorizada. Os gestores empresariais começam a dar demonstrações de que o

patrimônio histórico das empresas poderia ser utilizado em benefício da comunicação empresarial, numa percepção da importância da memória institucional dessas empresas e do valor de seus documentos históricos.

Nesse processo, o Projeto Eletromemória teve o mérito indireto de sensibilizar administradores, que antes não estavam abertos à questão do patrimônio histórico.

Como resultado direto do Projeto Eletromemória, uma ferramenta informatizada de catalogação do acervo foi desenvolvida com base nas normas de descrição de acervos, arquivísticos, bibliográficos e museológicos, produzindo um instrumento de pesquisa e referência para o acervo da Fundação Energia e Saneamento, além do diagnóstico da situação dos arquivos nas empresas participantes do projeto. Com o objetivo de tornar-se um mecanismo que possibilite a recomposição virtual dos acervos históricos envolvidos no projeto, o Sistema Enerweb, denominação dada ao sistema, está disponível online para consulta pública em <http://acervo.energiaesaneamento.org.br/EnerWeb/Consulta/Index.asp>.